

Mudanças Climáticas

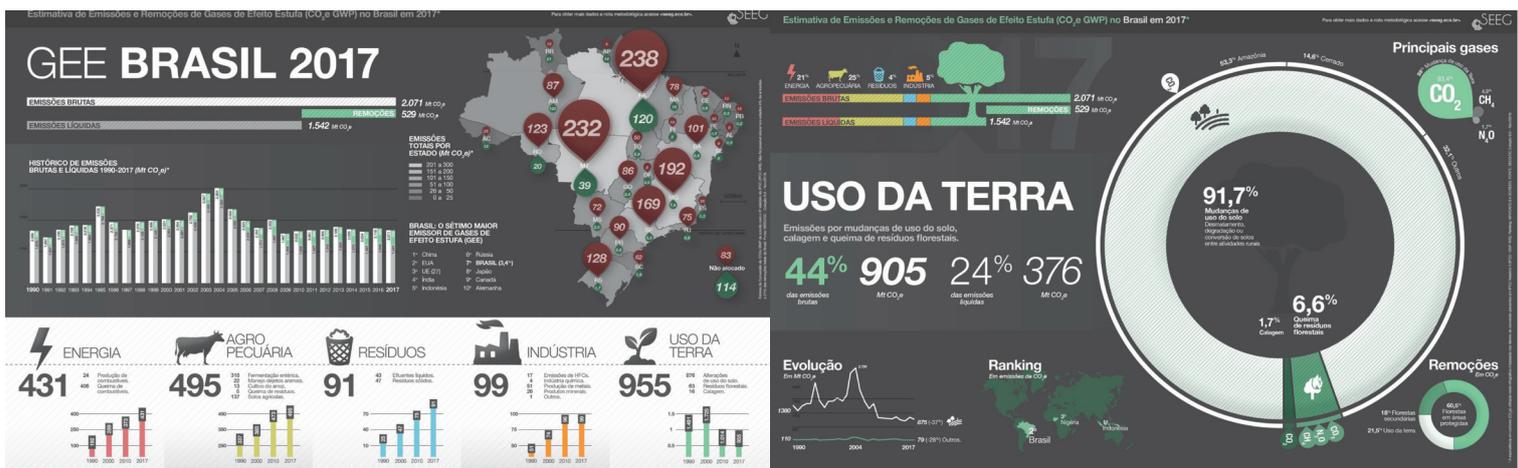
Uso da Terra

O Brasil possui 63% do território coberto por florestas. É o segundo país do mundo com a maior área florestal, atrás somente da Rússia. Além disso, ocupa o primeiro lugar em área de florestas tropicais e de biodiversidade do planeta.

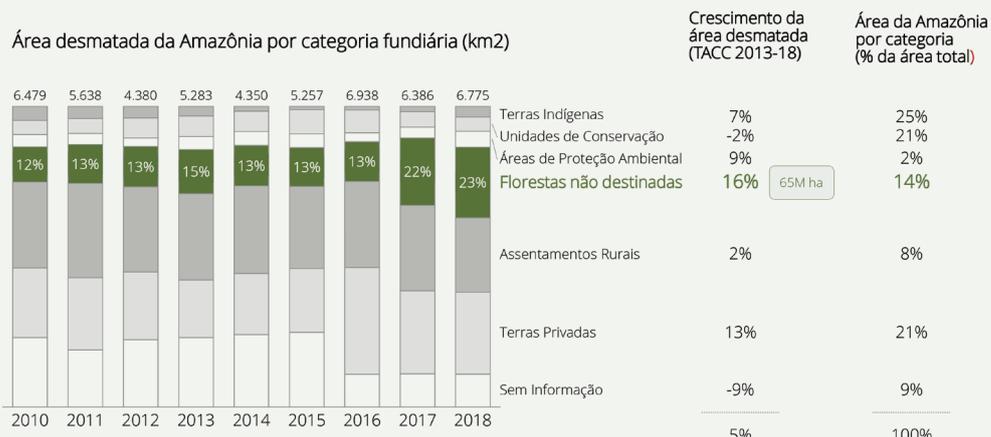
Está comprovado que preservar as florestas gera diversos benefícios para a sociedade, como a conservação da água, do solo, da manutenção do clima e do ciclo hidrológico do planeta. Mesmo o Brasil tendo destaque mundial pela área florestal que ainda possui,

entre 1985 e 2017, o país teve uma perda líquida de 71 milhões de hectares de vegetação nativa. Destes, 40.8 milhões estavam no bioma amazônico. Esta perda se deve essencialmente pelo aumento em três vezes de áreas para a agricultura e de 47% para pastagem.

As mudanças no uso da terra, especialmente decorrentes do desmatamento, ainda são a maior causa das emissões de GEE no Brasil. O setor de uso da terra representa, por si só, 44% das emissões brutas do país.



Segundo dados do IPAM, o desmatamento no bioma amazônico tem crescido rapidamente nos 65 milhões de hectares de florestas públicas que ainda não possuem destinação:



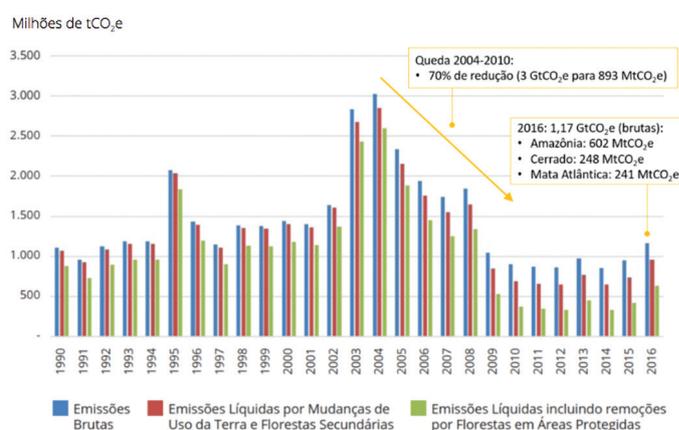
A porção brasileira da maior floresta tropical do mundo já perdeu aproximadamente 20% de sua cobertura. Entre 2005 e 2012, o governo brasileiro conseguiu reduzir o desmatamento na Amazônia em 70%. Em 2012, foi observado o menor índice de destruição florestal desde 1988, de 4.571 Km². Entretanto, depois deste período, o desmatamento na região voltou a subir.

A descarbonização da economia brasileira somente será possível com uma drástica redução das emissões de GEE relacionadas ao uso da terra, o que implica no cumprimento da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do país: restaurar e reflorestar 12 milhões de ha de florestas, zerar o desmatamento ilegal na Amazônia brasileira e compensar as emissões de gases de efeito de estufa provenientes da supressão legal da

vegetação até 2030. A NDC brasileira também propõe como meta o cumprimento do Código Florestal (Lei 12.651), em âmbito federal, estadual e municipal.

Mudança de Uso da Terra (1990-2016)

Emissões de GEE (GWP) do setor de Mudança de Uso da Terra no período 1990-2016



Entre 1990 e 2016, o setor é o maior emissor GEE, chegando a 1,17 GtCO₂e em 2016. A taxa de emissão de GEE neste setor está intimamente ligada à taxa de desmatamento. Em 2016, uma alta de 27% na taxa de desmatamento da Amazônia fez as emissões do setor saltarem 23%.

Ações Sugeridas FBMC e Observatório do Clima:

- Implementação do Código Florestal visando a validação o (CAR) e os (PRAs)
- Fortalecer as políticas de segurança e monitoramento na Amazônia para atingir desmatamento ilegal zero até 2030
- Destinar 65 milhões de hectares de florestas públicas não destinadas na Amazônia
- Compensação das emissões dos gases de efeito estufa da supressão legal de vegetação
- Restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas para finalidades múltiplas
- Melhoria do manejo das florestas nativas através de ferramentas de georreferenciamento e sistemas de rastreamento do uso da terra
- Reforçar a política de pagamentos por serviços ambientais (PSA) e conservação das áreas de floresta
- Intensificar as áreas de restauração e reflorestamento de florestas nativas

Ações adicionais sugeridas Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura

2019:

- Regularizar artigo 41 e Lei de PSA
- Implementar a CRA
- Incluir degradação florestal, restauração e reflorestamento nos sistemas de monitoramento

- Unificar base de dados sobre desmatamento ilegal em propriedades privadas
- Exigir cumprimento do Código Florestal para acesso ao Plano Safra
- Tornar o ABC mais acessível (diminuir burocracia, aumentar recursos, fortalecer ATER)
- Construir um plano para nova arquitetura financeira do agronegócio com base nos ativos ambientais
- Iniciar da implementação do RenovaBio

2020/2021:

- Ampliar os sistemas de monitoramento para todo o território e biomas
- Criar mercado de carbono brasileiro
- Integrar o mercado brasileiro aos mercados mundiais de carbono
- Alinhar todos os recursos do Plano Safra para o financiamento de práticas ABC
- Dar início ao novo modelo de financiamento do agronegócio com base em ativos ambientais

In a nutshell

O Brasil visa a extinguir o desmatamento ilegal até 2030 e consolidar as políticas de incentivo para conservação de áreas florestadas. É essencial realizar a recuperação e reflorestamento de suas áreas degradadas e modernizar o sistema de monitoramento do uso do solo no território nacional.

Fonte:

SEEG, 2017
Contribuição Nacionalmente Determinada para Consecução do Objetivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, Itamaraty, 2015
MapBiomas, 2017
Relatório "Emissões de GEE no Brasil e suas implicações para políticas públicas e a contribuição brasileira para o Acordo de Paris", Observatório do Clima, 2018
e "The initial Proposal for the Implementation of the Brazilian NDC", Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, 2018
IPAM, Supporting Brazil with deforestation reduction in the Amazon: a strategic map to allocate undesignated public forests for conservation and sustainable use, 2019
Nova Narrativa da Coalizão Brasil para o novo governo, 2019